

ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA DOS HAITIANOS NA REGIÃO DE LONDRINA/PR.¹

*Critical analysis concerning the religious experience of Haitians in the
Londrina/PR metropolitan region.*

João Ricardo Lemes²
Líria Maria Bettiol Lanza³

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender a expressão política a partir da experiência religiosa dos imigrantes haitianos na região de Londrina/PR, no contexto dos atuais fluxos migratórios. Para o desenvolvimento do estudo lançamos mão da análise de duas entrevistas em profundidade realizadas com haitianos residentes na região. A opção teoria consiste no arcabouço crítico, fundamentado no materialismo histórico dialético, que compreende o movimento da história na base das determinações sociais e das contradições desse movimento. Enquanto resultados preliminares apontamos que, de modo particular, a experiência dos imigrantes haitianos na região revela uma contradição: de um lado os haitianos expressam o apego histórico político da revolução haitiana de 1804, de outro o exercício religioso alimenta a noção de conformismo, desempenhando quase que completa a desconstrução de sujeitos políticos.

Palavras-Chave: Imigração haitiana; Religião; Política.

ABSTRACT: This paper aims to understand the political expression of Haitian immigrants in the region of Londrina / PR, based on their religious experience within in the context of current migratory flows. For the development of the study, we analyzed two in-depth interviews with Haitians living in the region. The theoretical option consists of the framework of critical analysis, grounded in dialectical historical materialism, which understands the movement of history on the basis of social determinations and the contradictions of this movement. As preliminary results, we point out that, in particular, the experience of Haitian immigrants in the region reveals a contradiction: on the one hand, Haitians express a political and historical attachment to the Haitian revolution of 1804; and, on the other hand, the religious exercise feeds the notion of conformism, working towards the near complete deconstruction of political subjects.

Keyword: Haitian immigration; Religion; Politics.

¹ Texto publicado na íntegra nos Anais do “VIII Seminário Internacional Práticas Religiosas no mundo contemporâneo (UEL-UBI) 2019 & VI Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades”.

² Discente do Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador discente do Grupo de Pesquisa “Serviço Social e Saúde: formação e exercício profissional” e do Projeto de Pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso às políticas de Seguridade Social”. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq). E-mail: rcrdlemes@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Serviço Social e Saúde: formação e exercício profissional” e do Projeto de Pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso às políticas de Seguridade Social”. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com

Introdução

O fenômeno migratório na contemporaneidade não pode ser entendido deslocado do movimento econômico, social e político, na base do modo de produção capitalista global. Nesse sentido, os contornos, as direções e o volume dos recentes fluxos são determinados pela desigualdade produtiva entre os países, sob medida da dinâmica de demanda e oferta de trabalho que ultrapassam fronteiras geográficas. Enquanto um fenômeno social, destacamos que a migração é, em grande medida protagonizada pela classe trabalhadora, que vê na mobilidade a possibilidade de melhoria das condições de vida, senão da própria sobrevivência. Embora partimos da centralidade do trabalho, especificamente no marco migratório recente, não descartamos as questões culturais e ambientais no desdobramento desse processo, visto que todas essas esferas estão de algum modo entrelaçadas.

Tendo em vista a trama global sob a qual são tecidos os projetos migratórios, a intensificação dos fluxos do Haiti para o Brasil é um tema que nos instiga a investigar as estratégias de sociabilidade e de enfrentamento dos infortúnios de ser imigrante em um país no qual o Estado se isenta de suas funções protetivas. É nesse pano de fundo que a religião e a política se apresentam enquanto espaços de reações frente as lacunas deixadas pelo Estado: a religião, enquanto necessária principalmente para o acolhimento e inserção dos imigrantes nos territórios; e a política para o reconhecimento dessas pessoas, enquanto sujeitos de direitos. E é nesse campo que essas duas dimensões se relacionam intimamente, na medida em que se contrapõem.

Diante dessa urgente reflexão, o presente trabalho tem por objetivo compreender a expressão política a partir da experiência religiosa dos imigrantes haitianos na região de Londrina/PR. Com base na proposta de entender a histórica relação entre a política e a religião e os seus traços permanentes no universo dos imigrantes, partimos nessa análise, do marco teórico crítico materialista histórico dialético, considerando os fenômenos na sua concepção histórica, bem como a síntese das determinações sociais e da presente contradição do movimento da realidade.

O presente trabalho se caracteriza como pesquisa qualitativa. A metodologia utilizada consiste na utilização de duas entrevistas em profundidades realizadas no bojo do Projeto de Pesquisa “Trajetória de imigrantes nos territórios: a construção do acesso às políticas

de Seguridade Social”, com duas lideranças haitianas locais⁴ (uma mulher e um homem, sendo esse pastor de uma congregação haitiana). Em vista disso, no decorrer do trabalho, será garantido o anonimato dos sujeitos entrevistados.

O texto foi organizado em dois momentos: na primeira seção, são abordados os aspectos históricos da relação entre religião e política, tendo como ponto de partida a revolução haitiana de 1804, até os recentes fluxos migratórios do Haiti para o Brasil; em seguida, discorreremos a respeito da experiência religiosa e os sentimentos políticos dos imigrantes haitianos na região de Londrina/PR, com base na análise dos relatos a luz do referencial teórico optado.

Da revolução haitiana aos recentes fluxos migratórios

De modo a compreender os contornos da expressão política a partir da experiência religiosa dos haitianos devemos, antes de tudo, “conhecer o passado para entender o presente”, ou seja, conhecer os processos históricos, com o propósito de identificar as transformações sociais com foco na estreita relação entre a política e a religião ao longo da história do Haiti, para posteriormente entendermos os resistentes traços políticos que se expressam na vivência dos haitianos evangélicos deslocados. Nessa empreitada, Gramsci (LIGUORI; VOZA, 2017, p.139) nos orienta que

não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-lo genericamente, em seu desenvolvimento de formação, já que todo indivíduo não é somente a síntese das relações existentes, mas também a história das relações, isto é, o resumo de todo passado.

Para demarcar a contextualização histórica do Haiti, partimos da revolução haitiana nos limites da Ilha de São Domingos, antiga colônia francesa. Segundo Marcussi (2018, p. 97), a revolução haitiana ou de São Domingos “foi a maior e mais bem-sucedida luta política protagonizada por escravos africanos e afrodescendentes”, o sucesso desse conflito resultou na

⁴ No marco deste trabalho, consideramos os entrevistados enquanto sujeitos coletivos, qual nos permite algumas aproximações com a dimensão coletiva. De acordo com Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre (2014, p.503) “o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como um método de resgate da Representação Social (RS) caracterizado pelo fato de buscar reconstituir tais representações preservando a sua dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva”.

derrota do sistema escravagista em 1793 e a constituição do primeiro país negro independente, em 1804.

James (2010) aponta o processo revolucionário haitiano como um episódio de eco para a luta pela liberdade do povo negro, além de considerá-lo como um exemplar para o enfrentamento do sistema colonial. Sobretudo, a revolução haitiana revela o peso e a coerência da resistência cultural africana e da prática do *Vodu*⁵ nos desdobramentos desse processo político.

De acordo com Gioda (2017) a imposição para que os escravos exercessem a mesma crença religiosa que os colonizadores, pautado na justificativa de “civilizá-los”, derivou violências que partiam de perseguições ao *Vodu*, destruição de seus símbolos e a demonização da prática. Em contra partida, o *Vodu* se consolidou enquanto símbolo de combate à ordem social do ocidente e à imposição do catolicismo pelos colonizadores.

Para Prospere e Gentini (2013, p.75),

sem dúvida, um dos do processo da escravidão consistiu na alienação cultural, religiosa e étnica dos negros. Assim, proibiam-se os cultos africanos e os escravos eram forçados a aceitar o cristianismo através do batismo. Diante dessa conjuntura, ressalta-se que, antes de tudo, o *Vodu* Haitiano simbolizava a resistência africana diante do sistema escravagista branco.

Nessa conjuntura, o *Vodu* foi resistência não só frente ao catolicismo, mas também como primeira forma de resistir à escravidão (HURBOM, 1987). O apego às tradições africanas, construiu-se como um pano de fundo para traçar as estratégias de combate, uma vez que os escravos fundavam pequenas comunidades secretas para exercer a prática do *Vodu*, ao passo que desenvolviam a consciência e a autonomia política. Na passagem a seguir, Prospere e Gentini (2013, p.75) narram uma cerimônia considerada o “ato fundador” para a rebelião que findou o sistema escravagista e a subordinação à França, liderado por Dutty Boukman,

Dutty Boukman, [foi] o personagem que organizou a histórica cerimônia de *Vodu* junto com um grande número de escravos na noite de 14 de agosto de 1791. Um porco preto foi sacrificado e os assistentes beberam o sangue para se tornar invulneráveis, para que pudessem, na noite de 22 de agosto de 1791, queimar as plantações e massacrar os colonizadores sem que nada lhes

⁵ Segundo Blanc (2010, apud PROSPERE; GENTINE, 2013, p. 2), “o *Vodu* não é apenas uma religião, é também um sistema de cuidados de saúde, incluindo a saúde mental, que inclui práticas de cura, a promoção da saúde e prevenção de doenças e promoção do bem-estar coletivo e pessoal”.

acontecesse. Durante dez dias, as planícies do norte estiveram em chamas, cerca de 160 usinas de açúcar e centenas de plantações de café foram queimadas. Na história do Haiti, essa cerimônia, chamada “*Ceremonie du Bois Caïman*”, é considerada o ato fundador da revolução e da guerra pela independência, a primeira grande revolta dos escravos contra o sistema da escravidão.

Do apogeu à decadência, mesmo após a luta anticolonial bem-sucedida, o Haiti não conseguiu se desvencilhar das amarras da miséria e da exploração. O *Vodu* continuou sendo perseguido, mas resiste até o presente, agora de forma sincrética por meio de uma relação estreita com o catolicismo. Fabiane Gioda (2017) destaca que a aparente “harmonia” entre o *Vodu*, a Igreja Católica e o Estado não foi/é isenta de interesses, revela, contudo, a subalternização das classes populares haitiana. Para além, a paisagem religiosa local, a partir de 1844 foi sendo composta por religiões Protestantes, e mais tarde, pelas novas igrejas salvacionistas que, ao incorporarem novos fiéis, empregam uma nova “caçada” ao *Vodu*. Nesse sentido, ressalta Gioda (2017, p. 176) que, no contexto, essas novas religiões “pregaram de forma mais enérgica e fervorosa a necessidade do culto ao Deus bíblico e o abandono completo dos *lwas*⁶, visto como a adoração ao satanás e representação do mal, portanto contrário a toda benevolência divina e moralidade cristã”.

A formação desse bloco de forças (Igreja católica, Estado, elite e as novas Igrejas de viés Protestante) que visam executar seu poder frente ao *Vodu*, por meio da moralidade, exercem, acima de tudo, a influência e o controle sobre o povo haitiano, com o objetivo de alienar a população, na tentativa de um distanciamento com às raízes africanas, ao passo que desvinculam esses sujeitos dos rebeldes que outrora inverteram a ordem social.

Essa tentativa de assimilação cultural, de nova envergadura no pós-revolução, pactuava com o projeto neocolonialista, assumida pela face das intervenções internacionais marcado durante todo o século XX, justificada na manutenção da ordem interna e das “Missões de Paz”. De acordo com Vanessa Braga Matijascic (2014), o Haiti acumulou desde a colonização uma série de “vulnerabilidades” que se estendem para além da independência, sendo a história atravessada por instabilidades políticas e econômicas, seja referente a fragilidade das instituições, a severa desigualdade social, a dependência econômica do exterior

⁶ Deuses do *Vodu*.

e a dificuldade para consolidar um sistema democrático, que é consequência da alternância de regimes ditatoriais, com mandatos breves. Certamente que a classe subalterna haitiana não se ausentou do cenário político, como resposta a esse conjunto de “vulnerabilidades”, todo o período pós-revolução foi/é atravessado por insurgências de rebeldes.

Seguindo com a autora, é com base na justificativa de solução desses conflitos que a comunidade internacional fundamentou a necessidade de intervir no país. Entre as potências, destaca os EUA e sua intervenção militar de 19 anos, entre 1915 e 1934, deixando o país imerso em uma instabilidade política, terreno fértil para a consolidação do regime ditatorial Durvalerista, que concentrou o poder entre 1956 a 1986, numa relação estreita com os interesses dos Estados Unidos. Novamente, o país acometido por severa crise de representatividade política levou a iniciativa da OEA e da ONU para a missão de realizar as eleições em 1990 (MATIJASCIC, 2014).

Tais intervenções, além de não obterem o resultado midiaticizado proposto de fortalecer a soberania do Estado haitiano, fragilizaram ainda mais as instituições locais, além de acentuar as precárias condições de vida dos haitianos. Desse modo, como alternativa, a emigração sempre foi uma constante, seja como resposta às graves crises políticas, sociais e econômicas, pelos desastres ambientais às quais o Haiti é historicamente sujeito, dada a sua localização sobre a placa Caribenha; também, a emigração é em grande medida fortalecida pela marcante presença internacional no país, que criou no imaginário social a noção de “reciprocidade internacional”. No entanto, de acordo com Dutra (2016) foi em 2010 que a emigração atingiu novos limites.

A autora relata que no dia 12 de janeiro de 2010 o país foi surpreendido por um terremoto de magnitude 7,3 na escala Richter, que destruiu 80% da sua capital, causando a morte de milhares de pessoas e “atingindo a infraestrutura econômica e habitacional” de Porto Príncipe (DUTRA, 2016, p.179) resultando no intenso e atual deslocamento.

A imigração de haitianos para o Brasil foi sentida no mesmo ano do terremoto. Rosana Baeninger (2017) conta que parte da formação dessa rota se deve a contenção dos fluxos por parte dos países centrais, também diante a presença dos militares brasileiros em solo haitiano no cumprimento da MINUSTHA, bem como a política do visto por razões humanitárias, concedido pelo governo brasileiro em cotas a imigrantes haitianos. Essas medidas, para além da prerrogativa de “ajuda humanitária”, partiu de um conjunto de estratégias

do governo, para alicerçar a imagem positiva do Brasil no cenário internacional, sobretudo contém interesses de fazer-se membro permanente da ONU.

Disso decorre algumas implicações: embora o Brasil tenha se apresentado, nesse período, enquanto “país acolhedor” no cenário internacional, o Estado se ausentava de suas responsabilidades de subsidiar os imigrantes no processo de territorialização, explícito ainda, a falta de articulação com as cidades e os estados. Nas palavras de Pereira (2017), os estados e as cidades foram “pegos de surpresa” com a chegada dos primeiros haitianos. Desse modo, sem estrutura de acolhimento e com uma política deficitária embasada na segurança nacional que sustentava o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), a medida em que se sentiam os primeiros fluxos migratórios, aumentavam também a hostilidade dos brasileiros dirigidas aos imigrantes por meio do racismo e da xenofobia. Diante desse cenário é que se destaca o papel da religião, seja como rede de proteção ou auxílio espiritual. Segundo Villen (2015, p. 257) os imigrantes foram e “são obrigados a recorrer a ajudas de entidades de caráter religioso (Caritas, Pastoral do Imigrante) ou ONGs para conseguirem moradia, assistência social e jurídica, eventualmente a regularização dos documentos”, são, todavia, instituições de emergências até que se atinja estabilidade, principalmente por meio do trabalho.

Assim, o trabalho como centralidade nos processos migratórios, por ser vital para a classe subalterna deslocada, desenha novas dinâmicas de mobilidade. Os grandes centros são os locais mais procurados, a partir da suposição em que há maior oferta de emprego. No entanto, na realidade, a ausência de trabalho nas grandes metrópoles, ou até mesmo a condição na qual esses empregos são ofertados, faz com que os imigrantes se desloquem para as cidades interioranas, sendo a região de Londrina-PR um desses destinos, postos as ofertas de empregos, principalmente, nas áreas da construção civil e frigoríficos (SANA, et al, 2017).

A partir dessa exposição, queremos chamar atenção para o movimento do processo sócio-histórico do Haiti, que transita da luta anticolonialista sob o signo do Vodou ao neocolonialismo, na medida em que a cultura e as religiões ocidentais foram assimiladas. Esse trajeto é imprescindível para entendermos de que modo a síntese desses processos se expressam na experiência dos imigrantes haitianos. Cumprida essa primeira etapa, a seguir apresentamos uma análise, a partir das entrevistas realizadas com um haitiano e uma haitiana, residentes na região estudada.

A experiência religiosa dos imigrantes haitianos evangélicos e os resistentes traços políticos

Nos nossos estudos sobre imigração haitiana na região, ao longo do Projeto de Pesquisa já referenciado, observamos que os haitianos estimam e dominam a história política do Haiti, falam do processo revolucionário com apropriação, quase como protagonismo, expressam o orgulho ao ostentarem camisetas com a Bandeira do Haiti e, acima de tudo, a palavra “Liberdade” em seus vocabulários, é expressão cotidiana. No entanto, salvo a língua *crioulo*, alguns traços culturais relacionados aos cuidados em saúde (em parte faz referência à tradição do *Vodu*, em parte pela própria estrutura de desproteção à saúde que impera no Haiti), a cultura africana descendente não aparece em seus discursos, o próprio *Vodu* é quase que um tabu; entendemos a fuga da menção desses aspectos como reflexo das transformações culturais e identitárias pela qual passou o Haiti. A saber, os imigrantes haitianos que se encontram na região de Londrina/PR, são majoritariamente evangélicos.

Se por um lado, é visível a referência histórica de luta do povo negro, marcas que a literatura, a história e as religiões ocidentais não conseguiram apagar, por outro, a condição de ser imigrante, pobre e preto num país periférico e racista, evocam, para a necessidade da religião e das igrejas no tocante das estratégias no âmbito espiritual/ideológico e prático-concreto como resultado da participação⁷.

As comunidades religiosas haitianas de orientação neopentecostal firmaram na medida em que os fluxos migratórios para a região se intensificaram, atualmente a região conta com três igrejas étnicas, localizadas nos bairros Ana Rosa e Santo Amaro em Cambé/PR e uma na cidade de Arapongas/PR. São frequentadas majoritariamente por haitianos e os cultos são celebrados em *crioulo*.

Para além das abstrações religiosas, as igrejas étnicas são espaços concretos de “continuação” para aqueles, cujo laços anteriores foram rompidos; é também, local de sociabilidade, solidariedade, festas e, acima de tudo, fábrica de comportamentos morais e de

⁷ A participação ocupa um lugar de destaque no arcabouço teórico da democracia moderna, de acordo com Nogueira (2004, p.129), participação diz respeito a “fazer parte” de determinados processos, o termo não necessariamente implica em processos decisórios ou imediatamente políticos, pode ser inserido também no campo indireto e simbólico. Das quatro modalidades abordadas pelo autor, a “participação assistencialista” parece contemplar as práticas do grupo abordado neste trabalho.

conformismo. Desse modo, ao lado do trabalho, a religião é determinante frente à escolha de um “lugar” para a construção de pequenos “haitis”. Seguem dois trechos das falas dos sujeitos, que apresentam as justificativas para a concentração de haitianos nos bairros Santo Amaro e Ana Rosa em Cambé-PR,

Eu sempre gostei do Brasil, na parte cultural eu sempre acompanhei muitas coisas, o carnaval do Brasil, futebol, principalmente, sempre me atraiu sempre me chamou atenção. Aí falaram [da oportunidade de vir para o Brasil] e eu fiz duas perguntas: [1ª pergunta] se tinha emprego, para mim; o primeiro objetivo era serviço, se tinha emprego na minha área, que é a construção, eu nem perguntei sobre como vou ganhar [remuneração] eu só disse “vou pra lá!”. Então é assim, a pessoa vem, consegue um emprego definitivo, pouco que seja, é um emprego, a pessoa pode sustentar a família. Um fala com o outro, igual a comunicação da formiga, um fala para o outro e vem. No Santo Amaro, como é bem religioso: [2ª pergunta] “tem igrejas?” e “sim”, e aí todo mundo está vindo. O Paraná não paga tão bem quanto São Paulo, mas emprego não falta e as pessoas estão vindo... a pessoa pode chegar em São Paulo ficar um ano ou seis meses sem fazer nada, sem conseguir um emprego, mas aqui é difícil a pessoa ficar dois meses sem trabalhar, pouco que seja, a pessoa acha alguma coisa pra fazer, um fala com o outro, e é isso que atrai os haitianos aqui (Sujeito 1, 2017).

Sabe que eu posso falar por aqui [Ana Rosa]. Do que eu entendi é por causa das igrejas, entendeu? Como a maioria que entra [no Brasil] são grupos que gostam congregar, aí esse[s] lugar[es]... são duas igrejas até agora que tá funcionando 100%, entendeu? Aí eles agrupam aqui [Ana Rosa e Santo Amaro, Cambé/PR] (Sujeito 2, 2018).

Segundo Prandi (1996, p.24) “para essa enorme parcela da população que pouco tem como e onde se expressar no movimento que dá vida à sociedade moderna (...) a religião é de novo identidade, grupo, comunidade, amparo, auxílio, jeito de viver e lei”, assim, no âmbito da migração, a concentração de haitianos em locais onde há igrejas étnicas é, estrategicamente, locais onde se estabelecem as redes de compatriotas. Nesse sentido, é tanto um modo de vivenciar em conjunto a solitária trajetória do imigrante, quanto um espaço de solidariedade, isso porque a condição de classe somada ao custo elevado da travessia faz com que parte dos imigrantes aportem no Brasil em condições extremas (PEREIRA, 2017), suscetíveis à diversas violações de direitos e expostos à incertezas acerca de seus destinos. A rede de relações, pode ser identificada como processo de “participação assistencialista”, diz respeito às práticas que são tecidas no processo de territorialização, implicando, necessariamente, em segurança, não

apenas no sentido subjetivo, mas também objetivo, principalmente, a partir de ações de auxílio mútuo. De acordo com Nogueira (2004), a “participação assistencialista”, embora como uma espécie de dimensão pré-política, ou seja, que expressa um menor grau de consciência política coletiva, funciona como um tipo de “agregação moderna”, na qual o grupo entende a efetividade da união como estratégia de sobrevivência – estamos aqui diante de impulso político.

Destarte, a necessidade de uma rede de compatriotas é condição de continuidade e de vivência da etnicidade, mas é também, a partir de Abdelmalek Sayad (1998), o modo de vivenciarem numa base comum a condição de ser imigrantes provisórios, numa noção paradoxal que se sustenta no ideário do retorno à sua terra, mas que diante das condições objetivas e também subjetivas, esse retorno se torna longínquo, senão impossível. Essa noção, por um lado, é sustentada pelas ações e políticas governamentais, na forma de direitos limitados, na presunção de que a migração é temporária; por outro, impedem o enraizamento e as lutas por mudanças significativas acerca de conquistas e garantias de direitos. Em suma, é relegado ao imigrante a participação na política institucionalizada (representativa), o que poderia resultar mais ou menos em permanência, restando-lhe a participação assistencialista como única alternativa, em que, os imigrantes são tanto autores da ação, como público alvo, muito vinculada a lógica temporária, na medida que as práticas ainda são direcionadas à sobrevivência, não à melhoria das condições de vida; localizadas no campo da emergência e longe do campo da defesa de direitos.

A rigor, o imigrante se expressa do modo como a sociedade o projeta. Quando o imigrante relata que: “se eu vejo os brasileiros andando com quatro pés, eu tenho que andar com dois, porque eu estou na terra deles” (Sujeito 1, 2017), pressupõe que há uma excessiva desigualdade entre “nós” e “eles”. Primeiro, há uma limitação da liberdade, nos termos liberais; segundo, exige-se do imigrante comportamentos diferenciados; em terceiro, espera-se que o imigrante não ultrapasse o limite do lugar determinado para ele. Tudo isso tem efeito na afirmação de que a desigualdade se justifica “porque eu estou na terra deles”, posto que ele é constantemente lembrado de que essa terra não lhe pertence, de que há limites para o imigrante. Ora, ninguém transforma uma terra que não é sua, ou que não possa dela usufruir a longo prazo. Por esses efeitos psicológicos, os imigrantes refletem a imigração enquanto estadia temporária, até que ele possa ser ele mesmo no ato do retorno a “sua terra”, sendo assim, essa experiência é permeada pelo conformismo de aceitar às condições “temporárias” com que o país os recebe.

Diante disso, a religião desempenha o seu papel histórico enquanto um polo moral, sobre o objeto do comportamento. Assim, ao desenhar regras morais autoritárias, cria um modelo de imigrante a ser praticado, como podemos observar nesse relato

Então ali a reclamação é que a pessoa estava andando de um jeito meio que não era agradável, não estavam roubando nem matando, mas eles brigavam por coisa de nada, discutiam com a outra pessoa [com brasileiros], começaram a andar na rua sem camisa, o tal de coisa que não é aceitável na sociedade [brasileira]. Então ali tinha essa clima, mas graças a Deus nós chegamos lá e começar a criar algumas atividades, conviver, sentar com eles, fazer evangelização e aí a gente planta o evangelho, e aí a gente começa arrecadar as alma, começa a incentivar eles espiritualmente e também socialmente, aí começa a vir mudança, pessoa que nunca frequentava nada, que só ficava sentado, tem alguns deles que começaram a enfrentar muitos brasileiros no bairro... então essas coisas começou a diminuir [...] *porque ser imigrante num país estrangeiro, você tem que viver de uma maneira que você possa ser acolhido de uma maneira que seja bem-vindo, você não pode chegar e pensar que você pode tudo.* (Sujeito 1, 2017, grifo dos autores).

O sentimento de não-pertencimento encontra refúgio na assimilação cultural, que exige do imigrante a absorção de um conjunto de comportamentos morais e culturais, para ser bem-vindo (DUTRA, 2013).

Da mesma forma, a religião, nesse contexto, é espaço de conformação⁸ em oposição a consciência. Antônio Gramsci (LIGUORI; VOZA, 2017), já apontou que a consciência é parte dos processos históricos, é um exercício de ver a realidade como ela é, em detrimento da absorção dos traços sociais historicamente de forma acrítica. À vista disso, a consciência crítica como um desenvolvimento de sujeitos políticos é prerrogativa para a transformação da realidade, embora o autor afirme que “nos grupos subalternos, por causa da ausência de autonomia na iniciativa histórica, a desagregação é mais grave e é mais forte a luta para se libertarem dos princípios impostos e não propostos” (idem, 2017, p.140). Assim, essa afirmativa, aproximada ao nosso objeto de estudo, demonstra que a própria condição de

⁸ De acordo com Liguori e Voza (2017, p.138), Gramsci, entende conformismo como “Socialidade”, isto é, decorre da “própria concepção do mundo, sempre se pertence a determinado agrupamento precisamente ou de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar de agir”, embora o conceito apresente dualidade, Gramsci define dois tipos de conformismo ‘o novo conformismo’ que diz respeito ao sujeito coletivo crítico e o ‘conformismo autoritário e reacionário’, que parte de um processo educativo e formativo do Estado nos limites da hegemonia vigente, é deste que nos referimos aqui.

imigrante e subalterno, cujo conforto encontram nos limites religiosos, é um elemento dificultador para a autonomia política desses sujeitos. Isto posto, a religião, diga-se de passagem, ocidental, nessa conjunta, faz parte do bloco de instituições e atores na base da hegemonia vigente no exercício do controle da classe subalterna. Na abordagem de Marx (HERVIEU-LÉGER; WILLAME, 2009, p.18) acerca da religião, a define “como alienação que obscurece a percepção do mundo social, a religião como legitimação da dominação”, é desse modo que, embora os imigrantes demonstrem sentimentos políticos que fazem referência à sua cultura de luta, os discursos não tomam proporções práticas e políticas propriamente ditas.

Mas é preciso reconhecer que, de acordo com Gramsci (2011), em todo movimento espontâneo há um certo grau de direção consciente, isto é, a participação assistencialista, as expressões culturais, identitárias, os movimentos comunitários e associativos que empreendem os imigrantes, apesar de representarem ações de pouco ou nulo impacto prático no campo da conquistas de direitos ou de transformações sociais, é também espaço por excelência para a elaboração de uma nova ideologia, de uma concepção de mundo, que prepara e permite a passagem do senso comum ou do conformismo para a consciência política, daí poderia resultar ações mais efetivas.

Em suma, a partir da experiência religiosa dos haitianos evangélicos na região de Londrina/PR, nos deparamos com uma contradição: de fato, as condições postas evidenciam a necessidade da religião, no entanto, a religião no exercício do conformismo trabalha ao contrário da formação de sujeitos críticos, na medida em que enfraquece o protagonismo político dos imigrantes. Essa força exercida pela religião vem de encontro com a própria negação de imigrantes enquanto sujeitos políticos, sustentada na compreensão do imigrante provisório, presente nas concepções dos autores envolvidos no processo migratório, a sociedade de emigração, a sociedade que o recebe e o próprio imigrante. Em oposição, a resistente expressão política dos imigrantes se dá, principalmente, por meio da reprodução oral do episódio histórico revolucionário, na medida em que contam suas trajetórias, que formam redes de relações entre os compatriotas, que se organizam em Associações, comunidades e que demonstram conhecimento da trama política tanto do país de emigração, quanto do Brasil. Apesar das contradições, em tempos de contaminação ideológica rasa, de inversão no qual o senso comum substitui a história, a religião e a ciência, os resistentes e sóbrios discursos acerca da história política do Haiti dominado pelos imigrantes é mais do que uma aula para os dias que

seguem no Brasil, é acima de tudo uma cosmovisão política, formada por fragmentos de uma luta que perpassa séculos.

Considerações finais

Partimos do objetivo de compreender a expressão política a partir da experiência religiosa dos imigrantes haitianos no contexto migratório, tendo como trajetória analítica o movimento histórico dialético; vimos que a relação entre política e religião é histórica e no contexto migratório se expressa de modo contraditório.

Decorre no universo dos haitianos deslocados que a religião é espaço necessário para o desenvolvimento da sociabilidade frente ao processo de ruptura, também como estratégia de sobrevivência frente ao Estado ausente. Todavia, a religião se impõe enquanto barreira para o desdobramento da consciência crítica. Do mesmo modo, faz imperar a noção de conformismo, ao invés de sustentar a noção de imigrantes enquanto sujeitos políticos e sujeitos de direitos. Diante disso, o exercício religioso qual se chegou por meio de um longo processo de assimilação cultural ocidental, obscurece parcialmente a realidade, inviabilizando a luta política e promovendo o controle e manutenção da condição de classe. No entanto, esse trabalho apresentou tímidas expressões da resistência política, no contexto dos recentes fluxos migratórios, presente nos discursos politizados, a partir da apropriação do episódio da luta do povo negro, na resistência dos símbolos culturais, principalmente, no signo da bandeira como marco da independência do Haiti, cujo lema *L'union fait la force* (a união faz a força) ilustra a capacidade de organização coletiva dos haitianos, que até aqui, foram contidos e administrados pela religião, mas como o próprio movimento histórico tem demonstrado, esse processo não se deu por acabado.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio para o Brasil. In: LUSI, Carmem (org.). **Migrações internacionais: abordagens de Direitos Humanos**. Brasília, DF: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p.13 – 29.

DUTRA, Cristiane Feldmann. **Além do Haiti: uma análise da imigração haitiana para o Brasil**. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2016.

DUTRA, Delia. **Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília**. Editora OMJ. Sorocaba-SP, 2013.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Revis. Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.23, n.2, p. 502-507. abr./jun. 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. v. 1.

GIODA, Fabiane Rosa. **Agentes, saberes e práticas no processo saúde/doença no Haiti**. 2017. 443 f. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião**. Editora Ideias e Letras. São Paulo, 2009.

HURBON, L. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano**. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Trad. Afonso Teixeira Filho. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo: 2010.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1037)**. 1ª ed. São Paulo, Biotempo, 2017.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. O anticolonialismo como tragédia: “Os jacobinos negros” entre a História e a política. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018.

MATIASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: segurança ou desenvolvimento no início dos anos 1990**. Editora Appris. Curitiba, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. Haitianos evangélicos: lugaridades e experiência religiosa em Porto Velho-RO. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAVALCANTI, Leonardo. Dossiê: Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes. **Periplos: Revista de Investigación sobre Migraciones**, Brasília, v. 01, n. 01, p. 160 – 183, 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo SP: Hucitec, 1996

PROSPERE, Renel; GENTINE, Alfredo Martin. O Vodou no universo simbólico haitiano. Rev. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v 11, n 1, p.73-81 jan./jun. 2013.

Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2408/2071>

SANA, Daniele Soares et al. A expressão religiosa nos processos de (re)territorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina – PR. In: VI Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2017a. p. 268 -280 [online]

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, Ed. USP, 1998.

VILLEN, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **Revista Rua**, Campinas, SP, v.2, n.21, p. 247-264, nov. 2015.

RECEBIDO em 05/03/19
APROVADO em 18/07/19